

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) Nº 06.2018.00005233-6

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **GG Química Ltda. ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.867.195/0001-95, com endereço na Rua Célio Veiga, nº 1114, Jardim Cidade de Florianópolis, São José-SC, por seu representante legal José Alberto Gerber, doravante denominado compromissário, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85 (Lei da Ação Civil Pública), e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), tendo por objetivo ordenar o pleno

desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes, nos termos do art. 182, da Constituição Federal;

- A necessidade de se realizar o adequado licenciamento ambiental das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, de acordo com os instrumentos de gestão ambiental previstos na Política Nacional de Meio Ambiente e nas Resoluções do CONSEMA, visando, assim, o desenvolvimento sustentável;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou apurado no **Inquérito Civil Público nº 06.2018.00005233-6**, cujos documentos coligidos dão conta que a empresa, ora compromissária, não conta com Autorização Ambiental e está instalada em área considerada proibida de acordo com o zoneamento do Plano Diretor, fato que impossibilita sua regularização perante os Órgãos do Município;

- A disposição da empresa **GG Química Ltda. ME** em adotar providências no sentido de atender à legislação ambiental, transferindo a sede para local devidamente licenciado e, ainda, por se tratar de empresa de porte pequeno que emprega trabalhadores que garantem o sustento de suas famílias, refletindo diretamente na economia do Município e nas condições sociais, de emprego e renda.

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula – 01: A compromissária, empresa **GG Química Ltda. ME**, representada pelo sócio José Alberto Gerber, por si e eventuais sucessores

a qualquer título, assume as seguintes obrigações de fazer:

01 – Promover a transferência definitiva da empresa para local adequado (área industrial), onde está sendo construído galpão por terceiro, o qual já foi objeto de locação pela empresa (Avenida das Torres, prolongamento com a Rua "C", no Município de São José), bem como a cessação das atividades no endereço atual (Rua Célio Veiga, nº 1114, Jardim Cidade de Florianópolis, Município de São José), ambos no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, podendo ser prorrogado, mediante solicitação justificada e comprovada necessidade;

02 – Obter todas as licenças para construção, ainda que o galpão seja objeto de locação, caso em que, deverão ser exigidas as licenças para construção e regularidade da edificação do locador, e de funcionamento da empresa perante os órgãos públicos competentes, especialmente, o licenciamento ambiental para operação das atividades, perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, devendo ser apresentadas no presente procedimento administrativo, no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, podendo ser prorrogado, mediante solicitação justificada e comprovada necessidade;

03 – Por fim, obrigação de prestar contas nos autos do Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2018.00005233-6, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do cumprimento das obrigações assumidas no presente ajustamento.

Cláusula – 02: Como medida compensatória a compromissária recolherá a quantia de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, em sete (7) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a partir da data de assinatura do presente, mediante guias de recolhimento obtidas junto a 10ª Promotoria de Justiça de São José.

DA MULTA:

Cláusula – 03: O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula – 04: Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula anterior (3ª), o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula – 05: O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados todos os prazos acima estipulados.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 02 de outubro de 2018.

Raul de Araujo Santos Neto
Promotor de Justiça
Curadoria do Meio Ambiente

GG Química Ltda. ME
José Alberto Gerber

TESTEMUNHAS:

Fernanda de Medeiros Pagani Luz
RG nº 4.151.184

Thays C. Varela Schumacher
RG nº 5.091.800